



Nº 8

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1999**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove reuniu, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Plano Estratégico Cultural do Concelho de Évora**
- 2. Proposta de alteração do Regulamento de Bolsas de Estudo**
- 3. Alienação da Horta de S. Domingos sem recurso a Hasta Pública**
- 4. Criação da Empresa SITE-EM**
- 5. Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Centro Histórico de Évora**
- 6. Alteração ao Quadro de Pessoal**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário - António Joaquim G. R. Serrenho

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Lino de Carvalho, José Russo, Ricardo Rita, Margarida Félix, Celino Silva, Carlos Percheiro, Silvino Alinho, Maria Helena Silva, Carlos Cunha, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Francisco Rato, António Foito, Estevão Bicho, Isidro Lobo, José Piteira, João Valverde, Manuel Rico e Maria Gabriela Silva.

Faltaram os(as) Senhores(as): José Zorrinho, José Cardoso, Maria do Céu Ramos, José Simão, Maria da Conceição Couvinha, Acácio Alferes, Manuel Patrício, Nuno Monteiro, Luís Bettencourt, Maria do Céu Costa, Bernardino Grilo, José Serra, Jerónimo Mendes, Francisco Estevão, João Ricardo, Joaquim Trolhas, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelo Vereador Jorge Pinto.



PONTO 1 - PLANO ESTRATÉGICO CULTURAL DO CONCELHO DE ÉVORA

Aberta a sessão, foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da CMÉ que declarou que quando este Plano Estratégico Cultural foi elaborado, discutido pela população e aprovado com a envolvência das principais entidades intervenientes no desenvolvimento do município, definiu-se, claramente, que Évora deveria ser, como uma das suas principais características, uma cidade cultural. Assim, entendeu-se na altura que, para tanto, a urbe deveria possuir uma vivência alargada aos seus cidadãos não resultante de um ou outro espectáculo de grande dimensão, mas sim fruto de um sentimento generalizado dos mesmos para a vida cultural, coisa que hoje já se sente com alguma regularidade através da participação de muitos jovens em diversas actividades do sector, nomeadamente na música, na pintura, na história, na arqueologia, etc..

A seguir, o Sr. Presidente do Município sustentou que, no enquadramento do Plano em causa, tinha cabimento dizer que a urbe precisa de grandes equipamentos, estando em marcha, em concreto, o arranque das obras do Salão Central, a criação da rede museológica nos ex-Celeiros da EPAC e a inauguração do museu da água.

No campo desportivo, a autarquia está em condições de avançar para a pista de atletismo, depois de demoradas negociações com a Universidade, faltando, para o efeito, a aquisição de 2 terrenos a privados.

Outra estrutura que faz falta à cidade é um pavilhão de competição desportiva, pelo que a Câmara projectou construir um no futuro Parque de Feiras e Actividades Económicas, perto do bairro de Almeirim, citou.

Por fim realçou que a edilidade vai continuar a manter uma política de apoio aos muitos agentes culturais existentes no concelho, à medida das possibilidades, com o intuito de estimular as suas actividades.

Por solicitação do orador antecedente, a Sra. D. Carmen Almeida, técnica da CMÉ, fez uma explanação exaustiva do tema em epígrafe.

Posto isto, a Sra. D. Maria Gabriela Silva expressou que apesar das inúmeras referências que se fazem, na introdução deste Plano, à importância crescente dos denominados empregos culturais, a Delegação Regional do Alentejo do IEFP não foi solicitada a dar o seu contributo para o mesmo.

Depois acentuou que a J. F. de S. Sebastião da Giesteira também não foi auscultada sobre a matéria, circunstância que lhe fazia crer terem sido ouvidos os mesmos de sempre, aqueles que não têm voz discordante, pelo que era de esperar que a política cultural da autarquia se mantivesse.

Para terminar disse esperar ver reflectido no próximo Plano de Actividades, ou nos subsequentes, algumas das estratégias anunciadas no Plano em causa, e que não acreditava nele.



O Sr. José Russo manifestou o reconhecimento da CDU pelo trabalho realizado, do qual resultou o instrumento em análise, que tem a maior importância para um concelho que elegeu a cultura como um factor estratégico para o seu desenvolvimento. Assim, a mencionada Coligação fazia questão de sublinhar os dois seguintes princípios: **Primeiro** - Nenhum desenvolvimento pode ser verdadeiramente atingido e durável se não tiver em conta e não explorar a força vivificante da cultura; **Segunda** - A cultura não é somente um tesouro que se deve defender ou preservar, é também a fonte da nossa energia criativa e vector do progresso humano.

Posteriormente fez alusão a alguns capítulos do documento, de cujo relatório de discussão pública sobressai os seguintes aspectos fundamentais: **Primeiro** - A unanimidade quanto à pertinência e oportunidade desta obra; **Segundo** - A importância do estabelecimento de parcerias como único garante da concretização dos objectivos que perpassam largamente as capacidades e competências municipais.

Para concluir afirmou que este Plano Estratégico deverá mobilizar todas as vontades no sentido de dignificar e valorizar a cidade e a região.

O Sr. Carlos Cunha considerou que o documento possui algumas análises objectivas interessantes, pena é que as mesmas apareçam por vezes misturadas com outras que o não são tanto.

“Depreendemos das palavras do Sr. Presidente da CMÉ que o Executivo está satisfeito com o trabalho que fez até agora no campo cultural, o que me parece um exagero face à realidade que temos em Évora”, comentou a dado passo.

Logo após acrescentou: *“Todos nós sabemos que, periodicamente, acontecem na urbe várias iniciativas, algumas delas com algum relevo, só que tão importante como promovê-las é conseguir que as pessoas participem nelas, sabendo muita gente que, cada vez mais, o público se afasta dessas manifestações culturais. Existem, portanto, do meu ponto de vista, algumas lacunas que foram identificadas neste Plano que convém rapidamente solucionar”.*

Mais à frente asseverou: *“Se entendermos este Plano Estratégico como um diagnóstico, ele tente a ser exaustivo. Se o quisermos entender como um projecto de futuro, torna-se demasiado vago”.*

Para concluir observou: *“Não nos podemos esquecer que existe uma Universidade nesta cidade e tais estabelecimentos tendem a ser, nos sítios onde estão instalados, pólos de dinamização cultural, parecendo-me que este documento poderia ter isso em conta, tanto mais que no dito se refere «a participação dos alunos universitários na vida nocturna, nos bares e nas discotecas». Ora não é esta a minha visão exclusiva de manifestação cultural, não devendo ser os supracitados espaços os únicos a que se recorre para divertimento, havendo, seguramente, outras formas mais interessantes de fazê-lo”.*

Pelas razões expostas, o Sr. Carlos Cunha divulgou que o PS se iria abster na votação deste ponto.

O Sr. Carlos Percheiro fez saber que a CDU, por não estar ainda satisfeita com a política cultural que se vinha desenvolvendo, entendeu que era necessário estabelecer um plano estratégico, coisa que é absolutamente indispensável para uma cidade que se quer afirmar neste domínio, tanto mais que se tinha apercebido existirem lacunas e matérias que deviam ser objecto de um levantamento profundo, sendo este projecto merecedor de toda a credibilidade.



Para terminar e abordando a intervenção do orador antecedente, exprimiui: *“Parece-me que muito mais do que uma crítica (não estamos contentes, não acreditamos, etc.) gostávamos que houvessem propostas específicas que pudessem vir a ser contratadas, e por certo que todas aquelas que foram feitas não foram songadas. É uma pena não estarem aqui consagradas algumas propostas do Partido Socialista”*.

Por sua vez, o Sr. Lino de Carvalho disse: *“Ninguém de bom senso e que se procure colocar acima das pequenas querelas partidárias põe em causa o valor de um plano estratégico cultural para a cidade. E penso até que sendo este um instrumento pioneiro ao nível do ordenamento e da política cultural no país, é de lamentar que a delegação da RTP de Évora ignore esta e muitas outras realidades da nossa região”*.

Adiante inquiriu: *“O que faz a agência LUSA no Alentejo e qual o papel do seu delegado” ? “Que articulação orgânica tem com o aparelho do Partido Socialista” ? “De que modo é que a delegação da RTP intervém na região para promover os seus valores” ?*

Depois, aflorando a alocação do Sr. C. Cunha, comentou: *“Quando se diz que as pessoas não vão às iniciativas em Évora mas ao mesmo tempo se refere que não se pode lá ir porque não se tem disponibilidade para presenciar todos os eventos, acho que há aqui uma contradição. De facto tem havido muitas iniciativas e quem neste Verão tivesse ido algumas noite ao «Viva a Rua», veria a Praça de Giraldo sistematicamente repleta”*.

Para finalizar interpelou a Vereação assim: *“Fala-se no documento em política cultural, em unificação europeia e em globalização. E a minha pergunta é: se com estas formulações a Câmara está a privilegiar, a apontar ou a sugerir a existência duma política cultural europeia comum ? Porque se ela não existe, ainda bem que assim acontece, dado que o que se tem que privilegiar é a diversidade e a pluralidade da atrás citada”*.

O Sr. Celino Silva opinou que o documento em discussão reflecte não uma atitude de debilidade, mas sim uma preocupação de dar um salto qualificativo, admitindo não constar nele um balanço do trabalho produzido nos últimos anos.

Respondendo também ao Sr. Cunha, sublinhou: *“Mas se querem entrar numa análise de diagnóstico sobre a matéria, nós podemos entrar nela e pôr-mos em paralelo o que têm sido as políticas dos vários governos, em particular do Executivo actual, em relação ao teatro, à música, ao cinema, às artes plásticas, ao património cultural, etc..”*

Nós tanto ao nível das autarquias como enquanto partido político, fazemos propostas no que toca às áreas acima relatadas e o PS também podia empenhar-se da mesma maneira, quer a efectuar no quadro da autarquia, quer a sugerir no quadro das políticas governamentais na Assembleia da República ou em qualquer outra instância. E o que é curioso é que com as vossas intervenções há como que um demissionismo no que concerne ao assunto que está aqui em discussão, porque a vossa preocupação é a de abafamento do mesmo”.

Para ilustrar o seu apontamento, o Sr. Celino interrogou: *“Estamos de acordo ou não que é necessária a afirmação da identidade cultural da região” ? “Estamos de acordo ou não que a afirmação desta identidade só se mantém modernizando-se” ?*



Continuando e dirigindo-se à Vereação, aludiu à pág. 51 do documento, que tem como título **Formação e Alargamento de Públicos**, considerando que isto está centrado preferencialmente em relação à juventude, pelo que perguntou: “*Então os adultos e os idosos*” ?

No seu modo de ver a referida formação e alargamento de públicos também deveria ser dirigida a estas camadas da população.

O Sr. Carlos Cunha, retorquindo aos depoimentos dos Srs. C. Percheiro, L. de Carvalho e C. Silva, proclamou que não iria comentar as interpretações que os mesmos fizeram às suas palavras, qualificando-as de abusivas e, nalguns casos, invertedoras do sentido.

Paralelamente explicou que não se tratava de uma situação de pessimismo mas sim de cautela face a algumas experiências que o PS possuía sobre a matéria, justificando que o atrás referido não estava a discutir outras questões que não fossem de âmbito concelhio e da A. M..

Por outro lado, parecia-lhe que tinha introduzido duas ou três sugestões e era por isso e pelo que dissera anteriormente que o Partido Socialista não se iria opor ao Plano, permitindo à Câmara poder provar o que quer fazer dele realmente.

O Sr. Estevão Bicho enunciou que a proposta em debate é um projecto que começa a organizar e a planificar um trabalho que deve ser continuado, pensando ser difícil encontrar o seu fim, porque, independentemente de haver instituições (como a autarquia, por exemplo) que possam contribuir para o progresso cultural, existe, em primeiro lugar, a iniciativa e a criatividade dos seres humanos para desenvolverem os seus projectos e as associações onde estão inseridos.

Mas para que isso aconteça é preciso mudar aquilo que deve ser, logo à partida, a aprendizagem das crianças quando entram para o sistema educativo, envolvendo-as com todo um estímulo cultural que preteritamente era apanágio das escolas, assinalou.

Prosseguindo, argumentou que, infelizmente, não é isso que tem acontecido nos últimos 25 anos, dado que o sistema educativo tem sido constantemente perturbado por políticas que não têm contribuído para a motivação, interesse e estudo dos alunos, tanto assim que têm surgido, paralelamente às actividades lectivas, várias políticas de ocupação dos tempos livres (artes e ofícios tradicionais, escola cultural, etc.) que quando as suas experiências começam a ter pés para andar, vem outro ministro que as põe de parte, perdendo-se todo o trabalho e rios de dinheiro, tendo ele passado por essas situações.

Para acabar inquiriu: “*Como poderá haver interesse pelas actividades culturais quando uma boa parte da população tem problemas de emprego e de falta de condições de vida condignas*” ?

A frase «**vamos esperar para ver o que a Câmara é capaz de fazer**», proferida pelo Sr. C. Cunha, motivou o Sr. José Russo a declarar: “*Se é verdade que a responsabilidade da organização deste instrumento pertence à edilidade, já não é verdade que a concretização deste Plano Estratégico seja possível levar a cabo só com o orçamento municipal, sendo indispensável a participação do Governo para o efeito*”.

Ao mesmo tempo informou que só agora se está a assistir a um programa de recuperação de espaços a nível nacional, mas com critérios diferentes, tendo apresentado os seguintes exemplos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- As obras do Teatro Garcia de Resende estão a decorrer há mais de 10 anos, sendo fácil imputar responsabilidades pela situação à CMÉ, porque o supracitado é seu património;

- Por seu turno, o Teatro Circo, em Braga, recebeu da Administração Central 1.200.000 cts para proceder à sua recuperação e requalificação.

Ora isto representa procedimentos diversos, não se podendo falar de cultura se não houver apoio por parte do Estado. Ainda assim e apesar da situação que vivemos neste país, é bom referir que se não fossem os municípios de Portugal se calhar já não havia cultura, sustentou.

«**Cada vez mais as pessoas se afastam das actividades culturais**», foi outra frase avançada pelo Sr. C. Cunha. Segundo a ideia do Sr. José Russo, isto só pode ser dito por alguém que não vai aos eventos, tendo apresentado, para rebater o ponto de vista daquele eleito, os seguintes exemplos:

- O espectáculo da cancenotista Cesária Évora, inserido no programa «**Viva a Rua**», encheu por completo a Praça de Giraldo;

- A Bienal de Marionetas é sempre um mar de gente, etc..

Sobre o assunto da Universidade, recordou existirem alguns contactos culturais entre esta Instituição e a Autarquia, e deu a conhecer que a relação entre a UÉ e os vários agentes culturais é muito próxima, designadamente com o CENDREV e a Academia de Música.

A Sa. D. Carmen Almeida prontificou-se a elucidar algumas das questões levantadas, tendo começado por fazê-lo em relação à pergunta do Sr. Lino de Carvalho.

Assim, adiantou que não existe política cultural europeia, limitando-se o tratado de Amsterdão a adoptar a figura da recomendação, não havendo, portanto, qualquer directiva, acabando até por dizer que «**competem a cada estado definir a sua política cultural**».

Ao mesmo tempo expressou: “*Tendo em conta outros documentos que existem emanados do Parlamento Europeu ou do Conselho da Europa, é evidente que toda a gente reconhece que se hoje se falar em política cultural europeia, isso deve-se ao facto de ela se caracterizar por uma diversidade de culturas e é precisamente essa diversidade que lhe confere um estatuto e uma especificidade próprias, apontando-se neste Plano Estratégico para isso mesmo, ou seja, para a definição de uma política que tenha em linha de conta as características quer da nossa identidade, quer das condições reais que caracterizam a actividade cultural do concelho*”.

Posteriormente afirmou: “*Este Plano Estratégico é essencialmente um quadro de referência e o resultado de um conjunto de negociações entre agentes e centros de decisão, pelo que se não for criado um clima de colaboração e de parceria entre as partes, o supramencionado não passará de um mero documento de retórica*”.

Quanto à interrogação formulada pelo Sr. Celino, explicou que muitas das medidas que se preconizam por vezes aparecem contempladas nos eixos estratégicos, sendo do cruzamento e da sua leitura transversal que se acaba por alcançar os objectivos que se pretende. Neste âmbito, fez-se um esforço para indicar o que é que era estratégico e o que é que era prioritário, tendo-se apurado que tal se faz no campo da formação da juventude e da idade escolar.

Desejando também prestar alguns esclarecimentos, o Sr. Presidente da CMÉ reportou-se aos reparos feitos pela Sra. D. Maria Gabriela, tendo dito que o IEFP foi convidado, ao ponto de ter sido feita,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

para o efeito, uma diligência directa ao Vereador Manuel Pingarilho, sem se ter obtido, estranhamente, uma resposta.

Logo após revelou que a J. F. de S. Sebastião da Giesteira não compareceu a uma reunião com todas as Juntas que se pronunciaram no dia 27 de Março/99.

No que toca ao aprazimento do Executivo sobre esta obra (aspecto focado pelo Sr. C. Cunha), aceitou tal julgamento, não deixando de observar que quando a satisfação corresponde a uma dinâmica instalada, que não é do Presidente nem da Câmara, aí há razões para tal.

Sobre as realizações (pormenor também afluído pelo Sr. C. Cunha), tornou claro que também existiam motivos para se estar agradado, porque, por exemplo, as exposições que se levam a cabo no Palácio D. Manuel têm em média mais de mil frequências, sendo este número muito alto para qualquer cidade do país, tanto assim que a Exposição dos Biombos, efectuada em parceria com a Comissão dos Descobrimentos, teve mais visitantes em Évora do que em Lisboa.

Relativamente à política cultural europeia, frisou que a subjugação dos hábitos e costumes, das tradições e da identidade cultural alentejana aos valores de outras culturas, por parte dos max-média do poder e da comunicação fortíssima dos países mais desenvolvidos, seria de facto uma gravíssima perda para a região e para Évora. Daí que este Plano Estratégico, na base da participação e da vontade própria dos agentes envolvidos, é fundamentalmente para a defesa da sua identidade, apesar das possíveis alterações que possam surgir, citou.

Para acabar falou do lançamento da **Fundação Cultural**, a qual é uma peça significativa deste Plano, visto que representa uma estrutura autárquica municipal para ir ao encontro de todos os valores e de todas as apetências para as questões mais profundas do sector.

Não se tratando de um plano de actividades nem de um plano estratégico no aspecto mais rigoroso, o Sr. Presidente realçou que este 1º ponto não era de votação obrigatória, pelo que a Mesa se via confrontada com a necessidade de auscultar o colectivo no sentido e se proceder ou não à votação.

Entretanto, a Sra. D. Carmen Balesteros propôs que fosse retirada da pág. 69 a citação «**pertinência ao projecto bibliopólis**», uma vez que já existia uma posição da A. M. e da cidade sobre isso.

Então, a Sra. D. Carmen Almeida explicou que o projecto bibliopólis que se alude neste documento é aquele que surgiu no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Évora, o qual era um pouco diferente daquele a que a Sra. D. Carmen Balesteros acabara de referir, estando nele subjacente um sonho que tinha, naquela altura, de tirar partido dum conjunto de centros de documentação de pequenas bibliotecas que existiam na urbe, inclusive da BPÉ, de modo a poderem ser ligadas em rede, a fim de permitir que Évora pudesse ser encarada como uma bibliopólis.

Face ao explanado, a Sra. D. Carmen Balesteros retirou a sua proposta.

Paralelamente fez menção à pág. 53 do Plano em equação, onde se descreve na 20ª linha: “*Ainda neste âmbito, o sistema de transportes é uma questão vital, bem como a questão das acessibilidades”*. À frente faz-se a divisão entre «**Acções Prioritárias**» e «**Outras Acções**»,



aparecendo nesta a “*melhoria das acessibilidades.....*”. No entender da Sra. D. Carmen Balesteros este objectivo deveria constar como 1ª prioridade e não como 2ª.

Aflorando o derradeiro apontamento do Sr. Presidente, o Sr. José Russo transmitiu que, tendo em conta a natureza do documento, a CDU não via necessidade de o mesmo ser posto à votação.

Por seu turno, o Sr. Carlos Cunha revelou idêntica posição por parte do PS.

Não querendo mais alguém usar da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrado o 1º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO 2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO

Não carecendo já esta matéria ser objecto de deliberação por parte da A. M., conforme estipula a nova Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o Vereador Jorge Pinto participou que o Executivo retirava a proposta.

PONTO 3 - ALIENAÇÃO DA HORTA DE S. DOMINGOS SEM RECURSO A HASTA PÚBLICA

O Vereador Jorge Pinto informou que após a realização de duas hastas públicas (que não tiveram efeitos práticos) e de vários contactos efectuados no sentido de viabilizar a construção no local, apenas uma proposta apresentada (pela Eborimo, no valor de 350.000 cts) foi entendida como a mais aceitável e viável em termos de execução. Importa esclarecer que o preço apresentado corresponde a um montante de 75.000\$00 por m² de STP, aproximadamente, e que uma hasta pública, deferentemente do acordo directo, está sujeito a um imposto de selo de 6%, pelo que, em caso de opção por esta modalidade, a importância líquida da transação situar-se-ia abaixo dos 330.000 cts.

Assim, foi convencionado propor-se à Assembleia a dispensa de tal acto no caso em análise e a aprovação da venda do terreno em causa pelo preço de 350.000 cts, com base nas condições constantes no respectivo contrato-promessa.

Como nenhum dos eleitos demonstrou interesse em discutir o 3º ponto da agenda, o Sr. Presidente colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



PONTO 4 - CRIAÇÃO DA EMPRESA SITE-EM

O Vereador Jorge Pinto especificou que se propunha a constituição de uma sociedade mista, com base na nova Lei de criação de empresas municipais, participando a edilidade com o capital mínimo exigível (51%) e sendo seus parceiros dois operadores privados. Para o efeito era também preciso que o plenário aprovasse os respectivos estatutos, o relatório do revisor oficial de contas e o estudo de viabilidade económico-financeiro.

Acerca deste último requisito desejou clarificar o seguinte: determina a Lei que, se neste estudo não for apresentada sustentabilidade suficiente, a Câmara terá que suportar do seu orçamento, através de indemnizações compensatórias, o déficit da firma.

Já que estava a falar em transportes e estacionamento, o Vereador Jorge Pinto perguntou ao Sr. Presidente se não era vantajoso avançar de imediato com a apresentação do ponto seguinte (**Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Centro Histórico de Évora**), coisa a que o Dr. José Bizarro não se opôs.

Antes de começar a informação, o mencionado Vereador solicitou ao funcionário adstrito à A. M. que distribuísse uma errata ao Regulamento, a qual foi elaborada porque quando o documento foi aprovado pela edilidade e publicado no Diário da República vigorava a Lei nº 100/84, tendo depois surgido a Lei nº 169/99, o que deu azo aos necessários ajustamentos.

A errata em causa fica apensa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

Prosseguindo, o Vereador Jorge Pinto elucidou que:

- Existem 2.400 lugares de estacionamento para 2.500 residentes, possuindo estes 3.700 viaturas;

- Há 80 moradores que detêm 400 veículos, ou seja, os mesmos ocupam 1/6 da área disponível.

Deste modo apurou-se que:

- O benefício de dispor de um espaço de estacionamento gratuito deve ser nas imediações da habitação e não de forma homogénea em todo o centro histórico. Daí que o Regulamento faça uma primeira proposta para se formar 8 zonas de estacionamento intra-muros;

- Passar-se-á a atribuir um máximo de 2 selos por família e por empresa, podendo, excepcionalmente, serem concedidos mais às instituições;

- Irão ser criados horários de entradas na cidade para cargas e descargas, vedando-se o trânsito aos carros pesados durante as horas de ponta.

As demais alterações ao Regulamento são apenas de pormenor, embora haja uma destinada a combater as possíveis tentativas de fraude para concessão de selo, concluiu.

Se anteriormente eram disponibilizados selos em excesso às famílias, agora alguns agregados mais numerosos, possuidores de 3 ou 4 veículos, poderiam ser afectados com a implementação das novas regras, pelo que o Sr. João Valverde chamou à atenção para o problema.



Por sua vez, o Sr. Estevão Bicho frisou que em virtude de já não haver capacidade no jardim de infância e na escola do 1º ciclo da Freguesia de Canaviais para albergar mais crianças, os pais vêm inscrevê-los nos estabelecimentos da urbe, o que contribui para as pessoas utilizarem mais transporte próprio, dando origem ao aumento do tráfego.

Adiante observou que, independentemente de o bairro em apreço já estar bem servido por carreiras urbanas, nota-se existirem lacunas na sua estruturação, o que também incentiva os utentes a optarem pelo automóvel.

Para finalizar disse ter em ideia que se fossem colocados, nas paragens de autocarros e nos parques de estacionamento, mapas com os circuitos dos transportes e os respectivos horários, poderia estimular o público a utilizar mais as carreiras urbanas.

Tendo presente que o Vereador J. Pinto afirmara que iriam ser conferidos apenas 2 selos de residente a cada família, a Sra. D. Carmen Balesteros chamou à atenção para o facto de na pág. 23 do estudo de viabilidade económico-financeira estar prevista a atribuição de 3 selos, o que a levou a pedir esclarecimentos sobre a discrepância.

Simultaneamente deixou transparecer as suas apreensões face à futura construção de 2 parque subterrâneos no centro histórico, um na Praça Joaquim António d'Aguiar e outro junto ao Templo Romano, não deixando de interrogar se se chegou a efectuar algum estudo de viabilidade arqueológica sobre a matéria.

No que concerne ao 1º reparo da oradora antecedente, o Vereador Jorge Pinto justificou que a redacção da pág. 23 do Relatório não é a mais feliz, porque aponta de facto para a hipótese de concessão de 3 selos, simplesmente nas conclusões do estudo e dos cálculos o regulamento apenas permite 2. A opção por este número tomou-se porque se considerou que se tratava de uma regalia, a que muitos cidadãos não têm acesso, a qual deve ser, tanto quanto possível, efectiva, sendo preciso ter presente que o centro histórico que existe é este, com estas características, e por mais invenções que se façam, incluindo os parques de estacionamento subterrâneos, não se conseguirá ir muito além da bitola dos 2.400 lugares para moradores, sustentou.

Para ilustrar a sua posição, noticiou que, por exemplo, no Porto, em Coimbra e em Lisboa apenas se concede 1 selo por família.

No que toca à dissertação do Sr. E. Bicho, expressou que o Executivo tem consciência que, no ano de 2000, é preciso investir em duas componentes essenciais: **Primeira** - Na melhoria significativa das condições dos parques de estacionamento exteriores, no aspecto do pavimento, do reforço substancial da iluminação e da segurança; **Segunda** - Na intensificação de uma grande campanha em torno dos transportes públicos, por forma a torná-los mais conhecidos e para informar o cidadão da oferta de que dispõe, seja pela afixação de horários, seja pelo reforço do mobiliário urbano.

No que concerne aos parques subterrâneos, proclamou que é preciso ganhar espaços de estacionamento e uma cidade para o peão, pelo que o reforço crescente das condições de segurança para este conduzirá sempre à redução do número de lugares para estacionamento. “*Como encontrar mais espaços alternativos para os carros*” (perguntou) ? Uma solução é enterrar o estacionamento, tendo presente que estamos numa urbe com uma grande riqueza no seu subsolo, pelo que quando se pensou na Praça 1º de Maio e na Praça Joaquim António d'Aguiar para o efeito, os primeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

trabalhos realizados foram de prospecção e sondagem para averiguar a existência de potenciais vestígios arqueológicos, tendo-se apurado que se corria riscos intervir na primeira.

Acerca da zona do Templo Romano, argumentou tratar-se de uma mera possibilidade a analisar no futuro.

A Sra. D. Margarida Félix anunciou a sua preocupação por habitarem no centro histórico muitos idosos que precisam do acompanhamento dos seus filhos, gerando-se, em certas ocasiões, situações complicadas por estes não terem possibilidades de estacionarem os carros perto das casas dos pais, pelo que sugeriu à Vereação que fosse estudada uma forma (um selo móvel, por exemplo) que permita aos supracitados, em condições especiais e justificadas, pararem as viaturas por um determinado período de tempo, a fim de cuidarem dos progenitores.

Em aditamento à sua pretérita alocução, a Sra. D. Carmen Balesteros perguntou ao Vereador J. Pinto se o sítio previsto para construção do parque junto ao Templo Romano vai ser por baixo do Jardim Diana.

O Vereador Jorge Pinto confirmou o local.

Então a Sra. D. Carmen Balesteros manifestou maior apreensão, porque os estudos científicos e as intervenções arqueológicas ali feitas apontam para a existência de um cripto-pórtico.

O Sr. Celino Silva, tendo em conta que o Vereador J. Pinto também declarara que entram diariamente na cidade 40.000 carros, inquiriu a este eleito como é que a Câmara encarava esta situação e, se caso isto não acontecesse, se a preocupação da diferença entre o número de selos atribuídos e de espaços disponíveis para estacionamento era tão sentida.

Sobre o atrás interrogado, o Vereador Jorge Pinto confessou possuir a autarquia um grande acessor de tráfego, o Sr. Prof. Nunes da Silva, que, com cálculos feitas só por amostragem, fez um relatório a dizer assim: *“Entram e saiem da urbe cerca de 40.000 a 42.000 veículos por dia”*. Para comprovar isto, o Executivo colocou funcionários nas portas da cidade, durante dois dias, das 6,00 às 24,00 horas, a fazerem a contagem, cujos números bateram rigorosamente certos.

Para solucionar este problema, a Vereação entende que têm que ser tomadas as seguintes medidas:

1ª - É preciso que alguns grandes serviços da administração pública sejam desviados para fora do centro histórico;

2ª - Criar, paulatinamente, transportes públicos muito direccionados a determinados segmentos que geram fluxos;

3ª - Utilizar mecanismos telemáticos para prestar melhores informações aos utentes, coisa que pode facilitar o incentivo pelas carreiras urbanas.

Ainda sobre a intervenção do Sr. E. Bicho, informou que, com a entrada em funcionamento do novo sistema do SITE, irão ocorrer algumas correcções aos circuitos dos autocarros, não fazendo sentido,



na óptica da autarquia, que os transportes colectivos tenham um único ponto de partida e de chegada (a Praça de Giraldo), sendo necessários encontrar outros espaços para o efeito (o Largo Luís de Camões, por exemplo).

Não se registando mais inscrições para debate, o Sr. Presidente colocou o 4º ponto da ordem do dia à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 5 - REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

Tendo este ponto já sido apresentado pelo Vereador Jorge Pinto e discutido pelo plenário (ver ponto anterior), o Sr. Presidente perguntou aos presentes se alguém queria usar mais da palavra.

Como ninguém se pronunciou nesse sentido, o Sr. Presidente pôs o 5º ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 6 - ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL

O Vereador Jorge Pinto explicitou que a proposta mantém a filosofia da política da CMÉ relativamente ao pessoal e a adopção das vagas indispensáveis ao quadro para a progressão e para as necessidades permanentes, não deixando de noticiar que houve alterações legislativas que obrigam, suplementarmente, a algumas correcções ao mesmo.

Perante o exposto, adiantou que o número de postos do quadro é significativamente superior à quantidade de efectivos em exercício e que as despesas com pessoal estão abaixo dos limites legais e perfeitamente controláveis.

Pela apreciação que fez ao documento, a Sra. D. Carmen Balesteros constatou não estar perspectivada qualquer abertura de lugares para a vertente de arqueologia, contrariamente ao que tinha proposto o ano transacto, esperando que tal venha a acontecer no futuro, não necessariamente a nível superior, mas pelo menos em termos de carreiras de auxiliares ou de assistentes da mencionada área.

O Vereador Jorge Pinto clarificou que o Município tem tido a preocupação de investir no sector da arqueologia, não pela contratação de pessoal, mas pela componente da aquisição de serviços, embora só com um técnico a coordenar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em virtude de não haver mais interesse, por parte do eleitos, em continuar a debater este tema, o Sr. Presidente colocou o 6º ponto da ordem do dia à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **3, 4, 5 e 6** da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do nº 1 do artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Não demonstrando a assistência vontade em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pelas zero horas e quarenta e cinco minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou a presente acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário - António Joaquim G. R. Serrenho

(Acta aprovada, na sessão de 28/04/00, por maioria, com 5 abstenções)